



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

FEVEREIRO DE 2017

NEWSLETTER

Observatório das Migrações

Introdução

Continuando o seu planeamento temático mensal de 2017 com o mote *Migrações em Mudança: conhecer mais para agir melhor*, neste mês de fevereiro o OM dedica-se ao **tema da Aprendizagem do Português e das Línguas Maternas**, por referência ao *Dia Internacional da Língua Materna* que se assinala a 21 de fevereiro. Este dia internacional foi proclamado em 1999 pela UNESCO e reconhecido formalmente pela Assembleia Geral das Nações Unidas que estabeleceu 2008 como o ano internacional da Língua, com o intuito de promover o multilinguismo e a diversidade linguística e cultural.

Com esta *newsletter* temática procuramos destacar brevemente alguns contributos para o melhor conhecimento desta realidade, passando por: 1) um enquadramento internacional sobre a aprendizagem da língua das sociedades de acolhimento no âmbito das políticas de integração de imigrantes; 2) uma caracterização sumária da abordagem nacional, passando por enquadrar juridicamente e institucionalmente o tema da aprendizagem do português; e 3) o contributo que este Observatório tem dado para o estudo do tema através das suas publicações nas várias linhas editoriais. Sem pretensão de exaustividade, destacamos ainda 4) algumas das mais recentes referências bibliográficas nacionais e internacionais acerca do tema, deixando uma vez mais o apelo a todos os interessados para que partilhem connosco as suas novidades académicas através do endereço de correio eletrónico om@acm.gov.pt.

Estes e outros conteúdos poderão ser consultados no Centro de Documentação do ACM, I.P., que promove de 20 a 24 de fevereiro uma semana temática acerca deste tema, orientando o seu acervo documental e estatístico para os interessados em aprofundar a compreensão e o conhecimento sobre a aprendizagem do português e das línguas maternas.

Mantenha-se em contacto connosco e visite-nos em www.om.acm.gov.pt

Principais conteúdos da Newsletter Temática #14

1. A aprendizagem das línguas de acolhimento e das línguas maternas numa perspetiva internacional
2. A abordagem nacional à aprendizagem do Português e das Línguas Maternas dos imigrantes
3. Português e diversidade linguística nas Coleções do Observatório das Migrações
4. Referências bibliográficas sobre a Aprendizagem do Português e das Línguas Maternas
5. Semanas Temáticas do Centro de Documentação: “Português e Línguas Maternas”, 20 a 24 de fevereiro de 2017
6. Destaques OM



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

1. A aprendizagem das línguas de acolhimento e das línguas maternas numa perspetiva internacional

Embora a *Declaração Universal dos Direitos do Homem* ([ONU, 1948](#)) apenas se refira à língua no seu artigo 2.º para afirmar que esta não pode constituir fundamento de distinção na aplicação dos direitos humanos fundamentais, noutros documentos internacionais verificam-se disposições mais específicas quanto ao ensino da língua dos países de acolhimento e das línguas maternas. A *Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das Suas Famílias* ([ONU, 1990](#)), é um exemplo disso. Embora esta seja uma Convenção que se encontra por [ratificar](#) pelos países do mundo que se assumem como destinos de imigração, entre os quais todos os Estados-membros da União Europeia (incluindo Portugal), nos números dois e três do seu artigo 45º estipula-se que (na [tradução do Gabinete de Documentação e Direito Comparado da Procuradoria-Geral da República](#)): *Os Estados de emprego devem prosseguir uma política, se for caso disso em colaboração com os Estados de origem, que vise facilitar a integração dos filhos dos trabalhadores migrantes no sistema local de escolarização, nomeadamente no que respeita ao ensino da língua local, e que Os Estados de emprego devem esforçar-se por facilitar aos filhos dos trabalhadores migrantes o ensino da sua língua materna e o acesso à cultura de origem e, neste domínio, os Estados de origem devem colaborar sempre que tal se mostre necessário.* Não obstante encontrar-se pendente a ratificação desta convenção, o espírito destas disposições em particular já fez o seu caminho ao nível da União Europeia.

Em termos do seu posicionamento face às questões da língua, a União Europeia é marcadamente pluralista e favorece o multilinguismo. O papel da língua nas relações entre povos tem um claro predecessor, fora ainda do âmbito da migração, na Convenção Cultural Europeia de 1954 ([CETS 018](#)). Esta, visando uma união mais estreita e a compreensão mútua, defende uma aprendizagem recíproca de línguas, história e civilização entre os povos das partes signatárias.

A aprendizagem da língua do país de acolhimento é assumida como um requisito fundamental no processo de integração. Num [Eurobarómetro Qualitativo](#) (2011) acerca da integração de imigrantes, tanto o público em geral como os imigrantes declararam perceberem a língua como uma das principais barreiras à integração nas sociedades europeias e, conseqüentemente, a aprendizagem ou domínio da língua da sociedade de acolhimento pelos imigrantes assume-se como um aspeto fundamental de integração. No estudo europeu [Immigrant Citizens Survey](#) (2012), mais de 90% dos imigrantes inquiridos defenderam que os cursos de aprendizagem da língua do país onde se encontram tiveram um efeito muito positivo na sua integração, nomeadamente porque os ajudou a envolverem-se mais com a comunidade local onde se encontravam e a adquirir vocabulário útil para o seu trabalho.

A *Agenda Comum para a Integração* ([COM\(2005\) 389 final](#)) veio estabelecer o enquadramento para a integração de nacionais de países terceiros na União Europeia, sugerindo formas de operacionalizar o disposto nos *Princípios Básicos Comuns*, cujo primeiro objetivo é, segundo a respetiva comunicação à imprensa, “assistir os Estados-Membros na formulação de políticas de integração, proporcionando-lhes um guia não vinculativo” ([Documento 14615/04 do Conselho, de 19 de novembro de 2004](#)). Atendendo ao tema desta *newsletter*, é o quarto princípio básico comum que aqui deve ser destacado. Este estabelece – adotando e reforçando os termos estipulados nos pontos 11 e 12 do artigo 19.º da *Carta Social Europeia*



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

revista de 1996 ([CETS 163](#)) – que: *O conhecimento básico da língua, da história e das instituições da sociedade de acolhimento é indispensável para a integração; proporcionar aos imigrantes a possibilidade de adquirir esse conhecimento básico é essencial para lograr uma integração bem-sucedida* ([COM\(2005\) 389 final](#)). Contudo, este movimento não é unilateral, pois a respetiva comunicação à imprensa esclarece que: *Deve ser posta a tónica na aquisição da língua e da cultura da sociedade de acolhimento, respeitando-se simultaneamente a língua e cultura dos próprios imigrantes e dos seus descendentes, enquanto elemento importante da política de integração* ([Documento 14615/04 do Conselho, de 19 de novembro de 2004](#)).

3

A aprendizagem da língua é assumida no contexto europeu como importante não apenas no país de acolhimento, como também nos países de origem dos imigrantes como uma forma de preparar a integração no país de destino. Conforme é realçado na *Agenda Comum para a Integração* será também necessário: *Reforçar a vertente de integração nos procedimentos de admissão, por exemplo através de ações que antecedam a partida, como a distribuição de pacotes informativos e cursos de língua e de educação cívica no país de origem* ([COM\(2005\) 389 final](#)).

O Comité de Ministros dos Estados-membros adotou, em fevereiro de 2008, uma recomendação sobre a promoção da integração de crianças migrantes que reconhece a desvantagem competitiva inerente a não ter por língua mãe a língua de instrução do país de acolhimento e propõe uma série de medidas, desde logo ao nível pré-escolar, para obviar a esse facto ([CM/Rec\(2008\)4](#)). Esta preocupação recebeu continuidade na versão revista da *Agenda Europeia para a Integração dos Nacionais de Países Terceiros* de 2011 ([COM\(2011\) 455 final](#)), em que se refere que as *aulas de línguas para os pais, em articulação com a orientação escolar, aconselhamento e acompanhamento escolar dos filhos, são exemplos de ações úteis*.

Mais recentemente (em 2016), o *Plano de Ação sobre a Integração de Nacionais de Países Terceiros* ([COM\(2016\) 377 final](#)) definido ao nível europeu, refere que ainda a existência de medidas de formação linguística que antecedam a partida dos imigrantes pode acelerar a sua integração no seu futuro ambiente de acolhimento, tendo a Comissão se comprometido a apoiar os Estados-membros no lançamento de ações deste tipo. O mesmo documento refere que a aprendizagem da língua é considerada crucial e, uma vez no país de destino, a formação relativa a este aspeto deve ser iniciada o mais cedo possível. Em termos concretos, a Comissão compromete-se a 1) providenciar avaliação e aprendizagem *online* através do apoio linguístico Erasmus+ e 2) apoiar eventos de aprendizagem entre pares relativos à avaliação linguística. Por outro lado, a Comissão encoraja os Estados-membros que acolham trabalhadores imigrantes a fornecerem formação linguística e apoia os países nesta oferta.

Num estudo recente com comparação de medidas e programas desenvolvidas por Estados-membros para uma melhor integração de nacionais de países terceiros ([Pascouau, 2014](#)) é perceptível como a União Europeia integra diferentes abordagens nesta vertente. Se alguns países têm assumido o conhecimento da língua (tal como outros requisitos que induzem à formação cívica e de cidadania do país de destino) como um dos requisitos obrigatórios de integração pré-partida ou à entrada no país – caso da Holanda (desde 2006), França (desde 2007), Alemanha (desde 2007), Reino Unido (desde 2010) e Áustria (desde 2011) -; há outros Estados-membros, que numa posição intermédia, têm definido programas com esquemas informativos nos países de origem dos imigrantes (integrando também guias de introdução à língua do país de acolhimento) – caso da Áustria, Bélgica Flamenga, República Checa, Dinamarca, Grécia, Noruega e



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Suécia. No primeiro grupo de países quando os imigrantes não demonstram suficientes conhecimentos linguísticos são recomendados a frequentar sessões de formação na língua ainda no país de origem (sendo este um problema para algumas línguas que não dispõem de contextos de aprendizagem acessíveis em qualquer parte do mundo), sendo-lhes recusado ou adiado o reagrupamento familiar (exceção feita para a França) e a concessão do título legal que enquadra a entrada do cidadão nesses países europeus até realizarem novos testes de conhecimentos linguísticos e demonstrarem possuir os níveis mínimos requeridos.

4

Portugal não está claramente entre os Estados-membros que desenvolve programas de ensino da língua como um requisito à entrada e à integração dos imigrantes no país. Portugal surge no grupo de países da União Europeia em que a aprendizagem da língua é uma disposição de integração no país de acolhimento e de carácter voluntário para os imigrantes, sem prejuízo do domínio da língua portuguesa ser um requisito para momentos de transição do estatuto legal do migrante, nomeadamente para a autorização de residência permanente e o estatuto de longa duração, e para o acesso à nacionalidade portuguesa.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

2. A abordagem nacional à aprendizagem do Português e das Línguas Maternas dos imigrantes

5

Portugal não está claramente entre os Estados-membros que desenvolvem medidas de ensino da língua como um requisito obrigatório à entrada no país ou à integração dos imigrantes no país. Os programas que promove para a aprendizagem da língua portuguesa como forma de integração são voluntários e disponibilizados em território português – o Português como Língua Não Materna (PLNM) e o Português para Todos (PPT). Complementarmente promove (também com carácter opcional) a aprendizagem da língua portuguesa enquanto aproximação à diáspora portuguesa no mundo, ou como forma de cooperação para o desenvolvimento e de promoção do interesse de Portugal no Mundo.

As primeiras referências oficiais ao Português como Língua não Materna e língua de acolhimento surgem em 2001, ano em que [Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de janeiro](#), estipula no seu artigo 8.º que: *As escolas devem proporcionar atividades curriculares específicas para a aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua aos alunos cuja língua materna não seja o português.* Por sua vez, o [Currículo Nacional do Ensino Básico](#) do mesmo ano menciona que *no espaço nacional, o Português é a língua oficial, a língua de escolarização, a língua materna da esmagadora maioria da população escolar e a língua de acolhimento das minorias linguísticas que vivem no País. Por isso, o domínio da língua portuguesa é decisivo no desenvolvimento individual, no acesso ao conhecimento, no relacionamento social, no sucesso escolar e profissional e no exercício pleno da cidadania.*

Neste âmbito, o Ministério da Educação desenvolveu em 2001 na região de Lisboa os primeiros projetos-piloto de ensino do **Português como Língua não Materna** (PLNM), tendo posteriormente regulamentado a disciplina PLNM através do Despacho Normativo n.º 7/2006, de 6 de fevereiro (Ensino Básico) e do Despacho n.º 30/2007, de 10 de agosto (Ensino Secundário), estabelecendo os princípios de atuação e as normas orientadoras da sua implementação, acompanhamento e avaliação, com o intuito de promover uma resposta às dificuldades sentidas pelos alunos, nomeadamente os recém-chegados ao sistema educativo nacional. Este enquadramento viria ainda a ser reforçado nos últimos anos, com o Despacho normativo n.º 12/2011, de 22 de agosto, que definiu que os alunos para quem o português não é língua materna devem frequentar o PLNM, equivalendo a carga horária da disciplina à disciplina de Português. O Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, assume ainda a integração da disciplina PLNM quer no currículo do básico quer no currículo do secundário. Deste modo, no ensino básico esta disciplina passa a partir de 2012 a constituir-se como disciplina do curriculum, tal como já sucedia no ensino secundário, deixando de funcionar apenas no âmbito do apoio ao estudo ou apoio educativo.

Em 2005, o artigo 11.º do [Decreto-Lei n.º 227/2005, de 28 de dezembro](#), focado no funcionamento do processo de reconhecimento de habilitações estrangeiras dos ensinos básico e secundário português, vem também consagrar o apoio pedagógico na aprendizagem da língua portuguesa.

O *Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural* (EntreCulturas), criado dez anos antes, também assumia atribuições no âmbito do estudo da diversidade linguística no sistema educativo português (alínea j) do número 5 do [Despacho Normativo 63/91, de 13 de março](#)), embora antes de 2001 o ensino do português para estrangeiros propriamente dito fosse sobretudo assumido pelo terceiro setor.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

6

A oferta do ensino do português para adultos estrangeiros surge em 2001 com a criação do primeiro programa nacional *Portugal Acolhe* (assumindo o ensino da língua juntamente com outras dimensões de formação), da responsabilidade do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Este programa viria a ser substituído em 2008 pelo programa *Português para Todos* – PPT ([Despacho n.º 18476/2008, de 10 de julho](#)), sob a responsabilidade do que é hoje o Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP), enquanto organismo intermédio do Programa Operacional do Potencial Humano (POPH), com a criação de duas naturezas de cursos: (1) cursos de português para falantes de outras línguas e (2) os cursos de português técnico, ambos para cidadãos imigrantes e os seus descendentes com situação regular em Portugal e com idade igual ou superior a 15 anos nas escolas da rede pública e idade igual ou superior a 18 anos nos centros de formação do IEFP.

Os cursos de português para falantes de outras línguas enquadrados pelo PPT obedecem às diretrizes emanadas do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, certificando os níveis A2, de utilizador elementar, e B2, utilizador independente, correspondendo ambos os níveis a uma carga horária de 150 horas de formação de acordo com os referenciais de formação. A certificação do curso do PPT de nível A2 é um dos requisitos para efeitos de acesso à nacionalidade, à autorização de residência permanente ou ao estatuto de residência de longa duração (conforme a Portaria n.º 1262/2009, de 15 de outubro). Estes cursos do PPT operacionalizam-se desde 2008 através da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, com as respetivas direções de serviços regionais e escolas da rede pública, e do IEFP, através dos centros de gestão direta e gestão participada ou centros protocolares.

Por sua vez, os cursos de português técnico procuram disponibilizar aos imigrantes já com algum domínio do português (nomeadamente com nível de certificação de A2) um aprofundamento de competências e proficiência de língua portuguesa orientadas para várias atividades económicas (e.g. comércio, hotelaria, cuidados de beleza, construção civil) com o intuito de facilitar a sua inserção no mercado de trabalho português. A seleção destas atividades económicas reflete as áreas que mais empregavam mão-de-obra imigrante em Portugal, sendo o referencial para estes cursos promovido e operacionalizado pelo IEFP através da sua rede de centros de formação profissional que assegura uma formação de cerca de 25 horas.

Assumindo Portugal que a aprendizagem da língua pelos imigrantes é importante para o seu processo de integração, os planos de ação para a integração de imigrantes que têm vindo a ser desenvolvidos em Portugal desde 2007 também têm integrado inúmeras medidas nesta vertente. O primeiro *Plano para a Integração dos Imigrantes* (PII) ([Resolução do Conselho de Ministros 63-A/2007, de 3 de maio](#)) que elencou 122 medidas, incluiu medidas de aprendizagem da língua portuguesa como língua não materna, seja ao nível do mercado de trabalho (medidas 10, 51 e 54), escolar (medidas 31, 33, 44, 52, 55 e 56) ou do acesso à cidadania (medidas 40 e 109). Este plano também mencionou alguma articulação com a sociedade civil ao nível da aprendizagem das línguas maternas (medida 53).

O segundo *Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013)* ([Resolução do Conselho de Ministros 74/2010, de 17 de setembro](#)) reforçou também algumas medidas de intervenção para as áreas da cultura e da língua. Com um total de 90 medidas, várias das quais orientadas para a aprendizagem do Português



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

enquanto língua não materna no contexto do mercado de trabalho (medida 7, 10), no contexto escolar (medida 8), no contexto do acesso à cidadania (medida 9) ou no contexto dos apoios sociais (medida 11, 20). Quanto às línguas maternas, a medida 12 assumiu o incentivo à leitura de obras literárias em várias línguas no contexto da iniciativa *Ler + em vários sotaques*.

Mais recentemente, o *Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020)* ([Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015, de 20 de março](#)) veio dar continuidade a estas intervenções, elencando 106 medidas entre as quais o *reforço do ensino da língua portuguesa* aos migrantes, crianças e adultos (medida 36) e a *consolidação dos programas de aprendizagem do português como língua não materna* (medida 37), a *alteração das normas de aquisição do nível de proficiência linguística para dispensa de realização do teste de nacionalidade* (medida 38) e a *consolidação do mecanismo de realização da prova de conhecimento da língua portuguesa para efeitos de aquisição da nacionalidade* (medida 39), integrando todas estas várias ações concretas.

Noutra vertente, como forma de promover a aprendizagem da **língua portuguesa enquanto aproximação à diáspora portuguesa no mundo ou como forma de cooperação para o desenvolvimento**, Portugal tem promovido também uma rede de ensino do português no estrangeiro. Entre as diferentes atribuições do Camões, I.P. encontra-se a divulgação, promoção e ensino da língua e da cultura portuguesa no estrangeiro. No domínio da língua, o Camões I.P. desenvolve três programas: (1) *Programa Português no Mundo*; (2) *Programa Português Língua de Herança* e (3) *Programa Educação para Todos*, que abrange o ensino do português como “língua segunda” e o “português como língua estrangeira”. A intervenção deste instituto na vertente destes programas tem procurado estimular o interesse de Portugal no Mundo, apostando na divulgação e aprendizagem da língua portuguesa tanto com o objetivo de aproximação às comunidades portuguesas emigradas, como de promover a política de cooperação para o desenvolvimento.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

3. Português e Diversidade Linguística nas Coleções do Observatório das Migrações

O Observatório tem vindo, desde a sua génese em 2002, a contribuir para aprofundar o conhecimento da diversidade linguística em Portugal e da relação entre a aprendizagem do português e a integração dos imigrantes, através da publicação de alguns estudos e da sistematização e análise de dados estatísticos e administrativos que aqui se recorda:

COLEÇÃO ESTUDOS



Diversidade linguística no sistema educativo português: Necessidades e práticas pedagógicas nos Ensino Básico e Secundário, de Maria Vieira da Silva e Carolina Gonçalves, Estudo OM 46, abril de 2011: Este trabalho desenvolvido em escolas públicas da região da Grande Lisboa, mais concretamente no 3º ciclo do ensino básico e no ensino secundário, articulou-se segundo dois objetivos principais: por um lado, conhecer e categorizar a diversidade linguística existente no sistema educativo português através do levantamento das principais dificuldades de aprendizagem sentidas pelos alunos cuja língua materna não é o português. Por outro, averiguou quais as estratégias e atividades pedagógicas que são promovidas pelos professores, em sala de aula, no ensino e na aprendizagem da língua do país de acolhimento. Este estudo fundamentou-se em questionários aplicados a uma amostra de mais de 800 alunos e 32 professores, identificando-se, ao nível dos resultados, diferenças significativas na perceção da dificuldade de aquisição de conhecimentos entre os alunos com ascendência em países de língua oficial portuguesa e os restantes elementos da amostra. A repercussão do domínio do português noutras disciplinas do currículo é reconhecida pelos professores mas desvalorizada pelos alunos, levando as autoras a recomendar uma maior articulação entre todos os docentes no sentido de sublinhar a importância basilar do ensino da língua portuguesa para todo o contexto escolar. Consulte [aqui](#) este estudo.

COLEÇÃO TESES



Para falar com as pessoas: Uma análise contextual de apropriações diferenciadas da língua portuguesa por sujeitos migrantes, de Cristina Sá Valentim, Teses OM 40, dezembro de 2012: Neste estudo, que resulta de uma tese de Mestrado em Antropologia Social e Cultural desenvolvida na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, é explorada a aprendizagem da língua portuguesa como um veículo eficaz no processo de integração de imigrantes. A autora recorre a uma abordagem contextual assente em narrativas de vida de dois sujeitos imigrados, um de origem marroquina e outro de origem



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

romena, e mostra como a reaprendizagem de novos capitais culturais como a língua do país de acolhimento requer um trabalho de negociação perante novas situações interativas habitadas por relações de poder desiguais. O trabalho integra material recolhido em vários terrenos etnográficos, incluindo as aulas de Português para estrangeiros do Projeto de Apoio ao Imigrante da Paróquia de São José, na cidade de Coimbra, e os contextos familiares e laborais dos dois imigrantes, com uma análise das políticas de integração de imigrantes em Portugal e do papel que o ensino da língua portuguesa a estrangeiros tem desempenhado nas mesmas. A autora conclui que a aprendizagem da língua portuguesa “implica também um processo de relocalização de significados, traduzindo não só uma adaptação e reprodução social como também uma ação reflexiva, estratégica, empoderadora e transformativa dos indivíduos que, enquanto sujeitos agentes, recriam a sua realidade subjetiva e atuam sobre a realidade envolvente”. Consulte [aqui](#) este estudo.



Discussão sobre o estatuto da língua portuguesa em imigrantes dos PALOP em contexto de reconhecimento, validação e certificação de competências, de Carmen Godinho, Teses OM 37, dezembro de 2011: Esta dissertação de Mestrado em Ensino de Português Língua Segunda e Língua Estrangeira pretende contribuir para a descrição do estatuto da língua portuguesa em processos de reconhecimento de competências em imigrantes oriundos dos PALOP. A génese deste trabalho prende-se com o reconhecimento das dificuldades na expressão escrita e oral do português europeu manifestadas por esta população aquando do alargamento, em 2006, da rede de centros de reconhecimento, validação e certificação de competências a escolas e centros de formação profissional em todo o país. O estudo encontra-se estruturado em duas secções, sendo na primeira desenvolvido um enquadramento teórico dos conceitos de linguagem e comunicação como áreas essenciais de competência num processo de reconhecimento e o estatuto da língua portuguesa nos imigrantes que atravessam esse processo; e na segunda apresentado um estudo empírico alicerçado em questionários aplicados a 31 imigrantes dos PALOP e entrevistas a 4 formadores dos centros de reconhecimento da Área Metropolitana de Lisboa. Na conclusão, a autora apresenta diversas sugestões de boas práticas que incluem, por exemplo, o reconhecimento do estatuto de língua não materna como parte integrante das realizações linguísticas destes candidatos e a implementação de ações de formação especificamente adaptadas às necessidades destes imigrantes. Consulte [aqui](#) este estudo.

REVISTA MIGRAÇÕES



Migrações #11, Artigo “Decoding behaviour and phonetic constraints in second language learners: new insight for the structuralism perspective”, Sandra Figueiredo, pp. 213-230: Neste artigo, a autora



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

apresenta um instrumento eletrónico para avaliar os comportamentos verbais ao nível da consciência fonológica e das competências linguísticas específicas de aprendentes de Segunda Língua. Trata-se de uma bateria de testes que permite mapear e caracterizar diferenças fonológicas entre alunos estrangeiros de Português como Língua Segunda, tendo assim uma potencial função de diagnóstico no atual contexto educativo e multicultural. A aplicação deste teste permite a construção de um perfil verbal (oral e escrito) que pode contribuir para o desenvolvimento de atividades pedagógicas capazes de promover um progresso escolar bem-sucedido nesta população. Consulte [aqui](#) este artigo.

10

COLEÇÃO PORTUGAL IMIGRANTE



“Diagnóstico da situação da população imigrante em Portugal: características, problemas e potencialidades”, Jorge Malheiros e Alina Esteves (coord.), Cap. 7.1 “Diversidade Religiosa e Linguística - Expressões Culturais Associadas à Presença Imigrante”, pp. 161-170: Este capítulo realça que os imigrantes não comunitários utilizam a língua portuguesa no contexto de movimentos culturais complementares. Por um lado, processos de reprodução e manutenção identitária e, por outro, mecanismos sincréticos que resultam na mobilização da língua mãe e da língua do país de acolhimento. A observação permite sustentar que os grupos de imigrantes culturalmente mais distantes, com idiomas mais distintos do Português e presença mais recente no país, tendem a utilizar de modo dominante a sua língua de origem no espaço doméstico. Todavia, os grupos que possuem ligações históricas e culturais com Portugal, falam idiomas mais próximos do Português e têm presença mais antiga no país, combinam mais o uso da língua materna e do Português no espaço doméstico. O texto analisa a importância que os cursos de língua portuguesa têm como forma de colmatar défices específicos possuídos por todos os imigrantes não lusófonos, desenvolvendo o impacto nestas populações dos programas *Portugal Acolhe* e *Português para Todos* (PPT). Aceda [aqui](#) a este artigo.

COLEÇÃO IMIGRAÇÃO EM NÚMEROS



Monitorizar a integração de Imigrantes em Portugal, Catarina Reis de Oliveira (coord.) e Natália Gomes, Relatório Estatístico Decenal, Coleção Imigração em Números do OM, dezembro de 2014; Cap. 7. “Aprendizagem da Língua Portuguesa”, pp. 153-162: Neste Relatório Estatístico Decenal, as autoras sistematizam e analisam dados estatísticos e administrativos para o período de 2001 a 2012, integrando um capítulo específico sobre os resultados de dois programas promovidos pelo Estado português de promoção



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

e aprendizagem da língua portuguesa por estrangeiros e descendentes de imigrantes. Em primeiro lugar, são analisados os resultados da disciplina de Português como Língua não Materna (PLNM) que dá resposta aos desafios inerentes à integração no sistema escolar obrigatório e procura ir ao encontro das necessidades dos alunos que não têm o português como língua materna. Em segundo lugar, analisam-se os resultados programa nacional Português para Todos (PPT) que é dirigido à população adulta, procurando estimular globalmente a aprendizagem do português aos níveis básico e técnico. Entre as conclusões desta análise destaca-se o crescimento, durante o período em análise, do número de nacionais de países africanos que procuram a disciplina de PLNM, que é, em termos relativos, apenas suplantado pelo crescimento dos alunos asiáticos inscritos neste programa. Relativamente à iniciativa PPT, que teve início em 2008, realça-se, por exemplo, o aumento do seu universo de beneficiários, o que surge, em especial nos últimos anos, em contraciclo com a tendência de retração observada nos fluxos imigratórios para Portugal. Aceda [aqui](#) ao Relatório Estatístico Decenal.

11



Indicadores de Integração de Imigrantes, Catarina Reis Oliveira (coord.) e Natália Gomes, Relatório Estatístico anual 2016, Coleção Imigração em Números do OM, outubro de 2016; Cap. 4. “Aprendizagem da Língua Portuguesa”, pp. 77-86: As autoras para além de atualizarem nesta publicação o Relatório Estatístico Decenal para os anos de referência de 2013 e 2014, com os resultados da disciplina de Português como Língua não Materna (PLNM) e do programa nacional Português para Todos (PPT), integram um novo subcapítulo acerca da divulgação, promoção e ensino da língua portuguesa no mundo como “língua de herança”, “língua segunda” e “português como língua estrangeira”, da Rede de Ensino do Português no Estrangeiro promovida pelo Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, IP. O relatório evidencia o aumento do universo de beneficiários dos três programas de ensino da língua portuguesa, promovendo-se a aprendizagem do português em Portugal a cerca de 70 nacionalidades diferentes e no mundo a oferta chega a 82 países diferentes. Aceda [aqui](#) ao Relatório Estatístico Anual.



“Os Imigrantes Querem Aprender a Língua Portuguesa?”, pp. 36-37: A publicação Estatísticas de Bolso sintetiza os principais dados e conclusões do Relatório Estatístico Decenal, atualizando os dados para o período de 2001 a 2013, apresentando-os numa linguagem mais intuitiva, acessível e dirigida ao grande público. Nela se salienta o aumento da oferta de cursos de língua portuguesa para estrangeiros, bem como o aumento da procura e do número de beneficiários da disciplina de PLNM e do PPT nos últimos anos. Aceda [aqui](#) a edição de sensibilização estatística do OM.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt



Posters Estatísticos OM - Aprendizagem da Língua Portuguesa por Estrangeiros: O *poster estatístico* produzido pela equipa do OM relativo à Aprendizagem de Língua Portuguesa por Estrangeiros apresenta de forma gráfica, acessível e sucinta uma análise dos dados mais relevantes sobre o desempenho da disciplina de PLNM, do PPT e da Rede de Ensino de Português no Estrangeiro, com especial incidência no período 2013-2015. Aceda [aqui](#) a este e a outros *posters* de sensibilização estatística do OM.

Continue a acompanhar estas e outras publicações do Observatório disponíveis para consulta e *download* gratuito em <http://www.om.acm.gov.pt/publicacoes-om>.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

4. Referências bibliográficas sobre a aprendizagem do Português e Línguas Maternas

13

Sem pretensão de exaustividade, destacamos neste espaço algumas das mais recentes referências bibliográficas acerca do tema desta *newsletter*, mas se conhecer outras referências relevantes por favor não deixe de partilhá-las connosco. Este espaço também pode ser seu. Partilhe connosco novidades académicas através do email om@acm.gov.pt

Artigos e Working Papers

- BRANCO, Inês Miradouro (2012), "A língua portuguesa e os média nas vivências de imigrantes nepaleses em Portugal" in *Revista Comunicando*, 1(1), Lisboa: SOPCOM, pp. 66-88.
- FIGUEIREDO, Sandra (2013), "Decoding behaviour and phonetic constraints in second language learners: new insight for the structuralism perspective", in *Revista Migrações*, 11, Lisboa: ACIDI, pp. 213-230.
- GONÇALVES, Carolina (2012), "Ensino e aprendizagem do Português Língua Não Materna: necessidades e representações dos alunos", in *Revista Portuguesa de Educação*, 25(1), Braga: Centro de Investigação em Educação (CIEd) do Instituto de Educação da Universidade Minho (UM), pp. 95-111.
- GONÇALVES, Perpétua (2002), "The role of ambiguity in second language change: the case of Mozambican African Portuguese", in *Second Language Research*, 18(4), Thousand Oaks, CA: SAGE, pp. 325-347.
- GONÇALVES, Teresa (2011), "Linhas orientadoras da política linguística educativa da UE", in *Revista Lusófona de Educação*, 18, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, pp. 25-43.
- GROSSO, Maria José dos Reis (2010), "Língua de acolhimento, língua de integração", in *Horizontes de Linguística Aplicada*, 9(2), Brasília: Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução da Universidade de Brasília, pp. 61-77.
- LEIRIA, Isabel (2004), "Português língua segunda e língua estrangeira: investigação e ensino", in *Idiomático - Revista Digital de Didáctica de Português Língua Não Materna*, 3, Lisboa: Instituto Camões. Disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/idiomatico/03/portuguesLSeLE.pdf> (data de consulta 02/02/2017).
- MCHUGH, Margie ; CHALLINOR, A. E. (2011), "Improving Immigrants' Employment Prospects through Work-Focused Language Instruction", Washington, DC: Migration Policy Institute. Disponível em <http://www.migrationpolicy.org/sites/default/files/publications/workfocusedlanguageinstruction.pdf> (data de consulta 02/02/2017).
- OLIVEIRA, Ana Luísa (2005), "Representações da Aprendizagem do Português Língua Segunda – o caso de duas alunas guineenses do 10º ano", in *Idiomático - Revista Digital de Didáctica de Português Língua Não Materna*, 4, Lisboa: Instituto Camões. Disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/idiomatico/04/representacoes.pdf> (data de consulta 02/02/2017).
- PASCOUAV, Yves (2014), Measures and Rules Developed in the EU Member States regarding Integration of Third Country Nationals - Comparative Report, Bruxelas, European Policy Group. Disponível em http://www.epc.eu/documents/uploads/pub_6519_reportintegrationschemesfinalversionpdf-en.pdf (data da consulta: 07/02/2017)
- TRENZ, Hans-Jorg (2007), "Reconciling diversity and unity: Language minorities and European integration", in *Ethnicities*, 7(2), Thousand Oaks, CA: SAGE, pp. 157-185.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Livros, Relatórios e Números Temáticos

- BEKERMAN, Zvi; GEISEN, Thomas (eds.) (2011), *International Handbook of Migration, Minorities and Education. Understanding Cultural and Social Differences in Processes of Learning*, Dordrecht, NL, Springer.
- GODINHO, Carmen (2011), *Discussão sobre o estatuto da língua portuguesa em imigrantes dos PALOP em contexto de reconhecimento, validação e certificação de competências*, Coleção de Teses OM, vol. 40, Lisboa, ACIDI.
- GROSSO, Maria José ; GONÇALVES, Luís; CAIXINHA, João (orgs.), *Anais do IV Simpósio Mundial de Estudos sobre o Português (SIMELP), Simpósio 25: Ensino da Língua Portuguesa e Contextos de Aprendizagem*, Goiânia: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, pp. 1262-1268. Disponível em http://www.simelp.letras.ufg.br/anais/simpósio_25.pdf (data da consulta: 01/02/2017).
- HUDDLESTON, Thomas; TJADEN, Jasper Dag; CALLIER, Louise (2012), "Language", in *How immigrants experience integration in 15 European cities*, Bruxelas: Fundação Rei Balduíno e Migration Policy Group, pp. 32-39. Disponível em <http://www.immigrantsurvey.org/languages.html> (data da consulta 7/02/2017).
- RIBEIRO, Jesuína et al. (2003), *Caracterização Nacional dos Alunos com Língua Portuguesa como Língua Não Materna*, Lisboa, Departamento da Educação Básica, Núcleo de Organização Pedagógica e Apoios Educativos.
- ROMERO, Carlos Giménez (org.) (2008), "Lenguas" [Número especial], *Puntos de Vista – Cuadernos del Observatorio de las Migraciones y de la Convivencia Intercultural de la Ciudad de Madrid*, n.º 14, Ano IV, Madrid, Observatorio de las Migraciones y de la Convivencia Intercultural de la Ciudad de Madrid.
- SILVA, Maria Vieira da; GONÇALVES Carolina (2011), *Diversidade linguística no sistema educativo português: Necessidades e práticas pedagógicas nos Ensino Básico e Secundário*, Coleção de Estudos OM, vol. 46, Lisboa, ACIDI.
- VALENTIM, Cristina Sá (2012), *Para falar com as pessoas: Uma análise contextual de apropriações diferenciadas da língua portuguesa por sujeitos migrantes*, Coleção de Teses OM, vol. 40, Lisboa, ACIDI.

Capítulos de livros e textos de coletâneas

- BATORÉO, Hanna Jakubowicz (2008) "Espaço(s) de diversidade linguística e a integração do outro na escola portuguesa do século XXI", in *Actas do Colóquio Interdisciplinar Formas e Espaços de Sociabilidade. Contributos para uma História da Cultura em Portugal*, Lisboa: Universidade Aberta. Disponível em <http://www.catedraportugues.uem.mz/lib/docs/Batoreo2008sociabilidadePLNM.pdf> (data de consulta 02/02/2017).
- MACHADO, Fernando Luis Lopes (1996) - "Minorias e literacia: imigrantes guineenses em Portugal", in BENAVENTE, Ana (org.), *Literacia em Portugal. Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional de Educação, pp. 171-238.
- MALHEIROS, Jorge; ESTEVES, Alina (coord.); RODRIGUES, Frederica; ESTÊVÃO, Mafalda; MAPRIL, José; AFONSO, Carla (2013), "Diversidade Religiosa e Linguística - Expressões Culturais Associadas à Presença Imigrante", *Diagnóstico da situação da população imigrante em Portugal: características, problemas e potencialidades*, Lisboa: ACIDI, pp. 161-170.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

15

- OLIVEIRA, Catarina Reis de (coord.); GOMES, Natália (2014), “Aprendizagem da Língua Portuguesa”, *Monitorizar a integração de Imigrantes em Portugal: Relatório Estatístico Decenal*, Coleção Imigração em Números do OM, Lisboa, ACM, pp. 153-162.
- OLIVEIRA, Catarina Reis de (coord.); GOMES, Natália (2016), “Aprendizagem da Língua Portuguesa”, *Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual 2016*, Coleção Imigração em Números do OM, Lisboa, ACM, pp. 77-86.
- OLIVEIRA, Catarina Reis de (coord.); GOMES, Natália (2015), “Os imigrantes querem aprender a Língua Portuguesa?”, *Estatísticas de Bolso*, Coleção Imigração em Números do OM, Lisboa, ACM, pp. 36-37.

Teses

- BAPTISTA, Ana Filipa Santos (2009), *Ensino da língua portuguesa em contexto de acolhimento: a comunidade ucraniana em Portugal*, dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa.
- BARREIRO, Célia Mendes (2009), *Abordagem Cognitiva do Domínio da Polisssemia pelos Alunos de Português Língua Não Materna: A Construção do Alcance Semântico das Palavras*, dissertação de Mestrado, Universidade Aberta.
- BRANCO, Inês Miradouro (2015), *A importância dos média e da língua de acolhimento na integração de imigrantes. Estudos de caso: a comunidade nepalesa de Portugal e a comunidade portuguesa em Macau*, tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- CABETE, Marta da Silva (2010), *O Processo de Ensino-Aprendizagem do Português enquanto língua de acolhimento*, dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa.
- CARDOSO, Ana Josefa (2005), *As interferências linguísticas do Caboverdiano no processo de aprendizagem do português*, dissertação de Mestrado, Universidade Aberta.
- JESUS, Maria do Céu Silva de (2012), *Estudo de caso: O uso da Língua Portuguesa por jovens provindos de outros países nos domínios privado, público e educativo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta.
- OLIVEIRA, Patrícia Raquel (2010), *Integração de alunos com português língua não materna: um contributo para a gestão curricular*, dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro.
- OURIVES, Gabriela Ramos (2010), *A integração de alunos de português língua não materna no ensino secundário português: contributos para uma educação intercultural*, dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa.
- RODRIGUES, Elisa Correia (2009), *A integração dos alunos de origem estrangeira na escola portuguesa*, dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa.
- SEMEDO, Maria Gabriela (2011), *Políticas de integração: o ensino/aprendizagem da língua portuguesa no contexto de acolhimento e integração de adultos imigrantes*, dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- SÉRGIO, Patrícia Cuco (2007), *Língua portuguesa e integração: um estudo com aprendentes não nativos no 1.º CEB*, dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro.
- SILVA, Eduardo Marques da (2010), *Competências linguísticas e trajetórias profissionais dos imigrantes ucranianos e moldavos na AML*, dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa.
- TEIXEIRA, Ana Rita Ferreira (2007), *Bilinguismo e língua segunda: a diversidade linguística na integração de i(e)migrantes*, dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

5. Semana Temática do Centro de Documentação: “Aprendizagem do Português e Línguas Maternas”, 20 a 24 de fevereiro de 2017

16



SEMANAS TEMÁTICAS DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
'APRENDIZAGEM DO PORTUGUÊS E LÍNGUAS MATERNAS'
20 a 24 de fevereiro de 2017

O **Centro de Documentação** do ACM promove entre os dias **20 e 24 de fevereiro** de 2017 uma semana dedicada à temática da **Aprendizagem do Português e Línguas Maternas** (assinalando o *Dia Internacional da Língua Materna*, dia 21 de fevereiro), convidando tod@s @s interessad@s a visitarem-nos no Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM), na **Rua Álvaro Coutinho, 14 em Lisboa (junto à estação de metro dos Anjos)**, entre as **09h30 e as 17h30**.

Publicações relevantes do **Observatório das Migrações**, nomeadamente da **Coleção Estudos OM**, da **Coleção Imigração em Números** e da **Coleção de Teses**, entre outras, e do acervo do Centro de Documentação sobre a aprendizagem do Português, bem como **dados estatísticos e administrativos** trabalhados pelo OM acerca dos estrangeiros, estarão disponíveis para consulta e oferta. Poderão também neste âmbito ser consultadas todas as publicações do Observatório das Migrações das suas várias linhas editoriais (mais em www.om.acm.gov.pt).

Haverá ainda, **para oferta, várias publicações** que abordam temas adjacentes.

Não perca esta oportunidade! Esperamos por si!



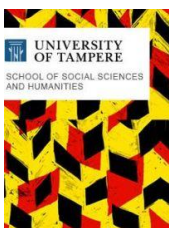
www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

6. Destaques OM

Chamadas para comunicações



“The Migration Conference 2017”: A Universidade Harokopio de Atenas é a instituição que acolhe a próxima edição de “The Migration Conference”, um encontro científico que tem ocorrido com periodicidade anual desde 2012, organizado por iniciativa da editora académica Transnational Press London. Este evento assume-se como um fórum onde académicos, peritos, jovens investigadores, estudantes e decisores políticos podem trocar conhecimento, partilhar investigação nesta área e debater as questões que põem em causa os atuais modelos de migração e discursos sobre mobilidade humana, refletindo sobre o aperfeiçoamento de políticas e práticas. A conferência, que decorre este ano entre 23 e 26 de agosto, inclui palestras de autores convidados, sessões paralelas, *workshops* e sessões sobre políticas públicas. Os organizadores abriram um período de submissão de propostas para comunicações e pósteres que se prolonga até 18 de março, devendo os interessados enviar um resumo longo e estruturado (máximo 750 palavras) ou o texto integral (máximo 4500 palavras) através segundo as indicações que constam nesta página. Mais informações podem ser encontradas [aqui](#).



“AfroEuropeans: Black Cultures and Identities in Europe”: Na sequência da chamada para painéis previamente anunciada no *site* do OM, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Tampere, na Finlândia, definiu o conjunto de sessões temáticas que vai estruturar parte da conferência “AfroEuropeans: Black Cultures and Identities in Europe”, a realizar de 6 a 8 de julho de 2017. Os painéis aprovados, que podem ser consultados aqui, incluem temáticas intimamente relacionadas com o domínio das migrações, como “Writting and Translating New African Diaspora and Black Identities in Europe”, “Refugees from Africa in Europe”, “Children in the African Diaspora and Citizenship” e “Remapping Borders: Diasporic Entanglements and the Relocation of AfroEuropean Agency”. Os interessados em apresentar palestras nestas sessões podem enviar as suas propostas (resumos com máx. 300 palavras) até 24 de fevereiro através deste formulário *online*, especificando qual o painel mais adequado à sua comunicação. Para além das sessões temáticas, o programa do evento inclui intervenções de conferencistas convidados, estando confirmadas as presenças de Paul Gilroy (King’s College London), Elisa Joy White (University of California at Davis), Henry Mainsah (Oslo School of Architecture and Design), Domenica Ghidei Biidu (Comissão Europeia) e Jani Toivola (Parlamento Finlandês). Mais informações podem ser encontradas [aqui](#).



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Oportunidades para investigadores:



Chamada para Teses de Mestrado e Doutoramento: Coleção Teses OM – Edital 2017: Foi divulgado o novo edital que regulamenta, para o ano de 2017, a edição de Teses de Mestrado e Doutoramento na "Coleção Teses" do Observatório das Migrações. O documento estabelece os procedimentos a seguir para a apresentação das candidaturas e os pré-requisitos das mesmas, definindo, a partir de 1 de janeiro de 2017, as seguintes áreas temáticas prioritárias:

- migrações e questões de género
- gerações migratórias e descendentes de imigrantes
- migrações e religiões
- discriminação de base racial e étnica
- impactos dos fenómenos migratórios
- cenários migratórios
- políticas migratórias e de integração
- migrações e necessidades do mercado de trabalho
- empreendedorismo e investimento imigrante
- refugiados

As candidaturas devem ser entregues revistas e finalizadas para edição e acompanhadas por duas cartas de referência de académicos da área respetiva. A Coleção Teses foi inaugurada em 2005 com o objetivo de editar dissertações de Mestrado e de Doutoramento de reconhecido interesse nas áreas da imigração e diálogo intercultural em Portugal. Desde então lançou quase meia centena de volumes, sendo desde 2013 divulgada apenas em suporte eletrónico (formato PDF) e disponibilizada na [respetiva secção](#) do site do Observatório das Migrações. O novo edital da coleção Teses pode ser encontrado [aqui](#).



Concurso: 2 vagas para Investigador no Institut National d'Études Démographiques (INED): O Institut National d'Études Démographiques (INED), uma entidade pública com sede em Paris dedicada ao estudo da demografia francesa e internacional, abriu concurso para duas vagas de Investigador, com data limite de submissão de candidatura estabelecida para 20 de fevereiro de 2017. O INED procura investigadores especializados em 5 áreas temáticas, destacando-se como as mais relacionadas com os estudos das migrações a Especialidade B, "Efeitos das políticas de migrações, integração e anti-discriminação na mobilidade e nas condições de vida" e a Especialidade C, "Deslocações forçadas de populações". Os

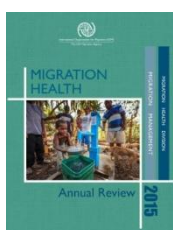


www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

candidatos devem possuir qualificações ao nível das humanidades ou das ciências sociais (demografia, geografia, história, sociologia, antropologia, etc.) e conhecimentos sólidos de técnicas quantitativas aplicadas às ciências sociais, bem como experiência comprovada na avaliação quantitativa de políticas públicas, migrações internacionais, integração e discriminação (Especialidade B) ou análise comparativa histórica ou contemporânea (Especialidade C). As candidaturas devem ser enviadas através do formulário constante neste endereço. Mais informações podem ser encontradas [aqui](#).

19

Novidades bibliográficas:



Relatório OIM: “Migration Health Annual Review 2015”: Já está disponível o relatório que apresenta as atividades da Organização Internacional para as Migrações no campo da saúde durante o ano de 2015, bem como as suas principais conquistas em três áreas fundamentais da saúde dos imigrantes: avaliação da saúde dos migrantes e assistência de saúde em viagem; b) promoção da saúde e assistência a migrantes; e c) assistência de saúde para migrantes em populações afetadas pela crise. Este trabalho também destaca os últimos esforços para desenvolver a agenda inacabada de saúde migrante e a agenda de segurança para a saúde global. O relatório ilustra a natureza cada vez mais multifacetada da Organização Internacional para as Migrações no que respeita às parcerias estabelecidas e atividades sobre saúde de migrantes durante 2015, demonstrando o compromisso da organização com a promoção da saúde dos migrantes e das suas famílias em todo o mundo, bem como no apoio a países membros da OIM para lidar com desafios no campo da saúde de migrantes. Mais informações podem ser encontradas [aqui](#).



Atas do V Congresso Português de Demografia - “A Crise Demográfica: Um País em Extinção?”: Encontram-se já disponíveis no *site* da Associação Portuguesa de Demografia as Atas do último Congresso da APD, que recebeu o título “A Crise Demográfica: Um País em Extinção?” e decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian a 6 e 7 de outubro de 2016. Destaca-se na estrutura da publicação o capítulo sobre Migrações, onde se podem encontrar as comunicações “Realojamento e imigração dos hindus do Bairro do Armador (Lisboa)”, de Alexandra Barreto (FCSH-UNL), Dulce Pimentel (CICS.NOVA) e Jorge Malheiros (IGOT –UL), e “Novos imigrantes portugueses no Brasil e as estratégias para a obtenção de visto permanente”, de Duval Fernandes (PUC Minas, Brasil) e Natália Dias Andrade de Faria (Centro Universitário Belo Horizonte, Brasil). Estão também *online* diversas apresentações em *Powerpoint* que serviram de suporte audiovisual



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

20

aos palestrantes que participaram no evento. Entre estas incluem-se “Imigração e migrações internas: Uma análise exploratória sobre a mobilidade dos estudantes brasileiros do ensino superior para Portugal”, de Juliana Chatti Iorio (CEG-UL), “Imigração e demografia em Portugal: que relação?”, de Catarina Reis Oliveira (Observatório das Migrações), “Crise económica e os padrões de mobilidade geográfica da população imigrante em Portugal”, de Maria Lucinda Fonseca (CEG-UL), Alina Esteves (CEG-UL) e Diogo Abreu (CEG-UL), e “A fecundidade em Portugal: Como seria sem as mulheres imigrantes?”, de Madalena Ramos (ISCTE-IUL, CIES-IUL) e Ana Cristina Ferreira (DINÂMIA/CET-ISCTE-IUL). Mais informações pode ser encontradas [aqui](#).



Dissertação de Mestrado: “O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e os Símbolos Religiosos: O uso do véu muçulmano na Europa do século XXI”: Está disponível no Repositório Institucional da Universidade Católica Portuguesa a dissertação apresentada por Inês Granja Costa no âmbito do seu Mestrado em Direito Público, Internacional e Europeu. Este trabalho, orientado por Azeredo Lopes (UCP) e Catarina Botelho (UCP), foi defendido em julho de 2016 na Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa e centra-se na jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH) relativa aos símbolos religiosos como forma de manifestação do direito à liberdade religiosa. Segundo a autora, a dissertação presta “redobrada atenção à jurisprudência internacional regional europeia referente ao uso de símbolos religiosos por mulheres muçulmanas. Atendendo à complexidade da temática, que exige uma apreciação interdisciplinar, realiza-se um diagnóstico integrado. Em síntese, cruza-se a atualidade europeia, social, jurídica e política, e o labor jurisprudencial do TEDH, com o objetivo de analisar a evolução da jurisprudência do TEDH naquela matéria”. Mais informações podem ser encontradas [aqui](#).



Dissertação de Mestrado: “A Perceção de Conflitos em Relação aos Imigrantes e as Atitudes Face à Imigração em Portugal”: A dissertação de Mestrado em Psicologia das Organizações, do Trabalho e dos Recursos Humanos desenvolvida por Ana Sofia Maurício na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, entregue em 2016, encontra-se já *online* no Estudo Geral desta instituição. O trabalho, que foi orientado por Joaquim Pires Valentim, tem como objetivo geral analisar a relação existente entre a perceção de conflitos em relação aos imigrantes e as atitudes face à imigração em Portugal, numa amostra de 207 trabalhadores do setor administrativo de diferentes organizações do setor público e privado. A autora pretende ainda averiguar, de forma indireta, a prevalência das ideias e



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

representações do luso-tropicalismo em Portugal e a relevância do preconceito relativamente aos diferentes grupos de residentes em Portugal no desenvolvimento de atitudes em relação aos imigrantes. Os resultados obtidos realçam a importância da perceção de conflitos relativamente aos imigrantes no desenvolvimento de atitudes face à imigração e revelam o papel determinante do fator Etnicidade nesta associação. Mais informações podem ser encontradas [aqui](#).

21



Tese de Doutoramento: “Cape Verdeans in Cova da Moura, Portugal, an ethno-historical account of their destinies and legacies”: Encontra-se disponível *online* a tese de doutoramento que Elsa Casimiro desenvolveu na Faculty of Social and Behavioural Sciences do Amsterdam Institute for Social Science Research orientação de Jan Rath e Martha Montero-Sieburth, intitulada “Cape Verdeans in Cova da Moura, Portugal, an ethno-historical account of their destinies and legacies”, entregue em 2014. Neste trabalho, a investigadora portuguesa documenta e analisa as trajetórias de três famílias cabo-verdianas que partiram das ilhas de Santo Antão, São Vicente e Santiago nos anos '70 com destino a Portugal, tendo-se estabelecido na Cova da Moura como imigrantes indocumentados. A investigadora aborda este contexto a partir de uma perspetiva transnacional, centrando boa parte do seu escrutínio nas relações de “proximidade à distância” que estas famílias mantêm com os seus países de origem e com outros países do mundo onde os seus familiares e amigos residem. Paralelamente, procura compreender de que forma as diversas políticas e práticas governamentais e locais se articularam, ao longo dos últimos 30 anos, com o processo de (re)construção desta comunidade diaspórica. Mais informações podem ser encontradas [aqui](#).



Tese de Doutoramento: “Social and Individual Factors in Witnesses’ Confrontations of Racial Bias”: Encontra-se disponível no repositório *online* da Universidade de Lisboa a tese de doutoramento em Psicologia (especialidade de Psicologia Social) que Susana Lavado concluiu em 2016 no Instituto de Ciências Sociais, sob orientação de Cícero Pereira, John F. Dovidio e Jorge Vala. Para este trabalho, a autora realizou sete estudos empíricos distintos com o objetivo geral de testar fatores sociais e pessoais que influenciam a confrontação de comportamentos de preconceito racial por parte de testemunhas que assistem a esse comportamento. Mais especificamente, foram exploradas três dimensões: (a) as normas sociais que governam as respostas das testemunhas a expressões de preconceito; (b) as atitudes de observadores face às respostas das testemunhas a expressões de preconceito; e (c) o próprio comportamento das testemunhas de preconceito. Entre as conclusões mais salientes, a autora destaca: 1) quando a pessoa que



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

exprime preconceito tem poder sobre o potencial confrontador, as atitudes dos observadores face à confrontação são menos favoráveis; 2) as testemunhas estão menos dispostas a confrontar um membro do endogrupo que exprime preconceito do que um membro do exogrupo que exprime preconceito; e 3) as pessoas que têm valores e padrões igualitários altos têm atitudes positivas face à confrontação e confrontam expressões de preconceito mesmo em condições sociais menos favoráveis. Mais informações podem ser encontradas [aqui](#).